SUMÁRIO

[1. Programa da disciplina 1](#_Toc183765254)

[1.1 Ementa 1](#_Toc183765255)

[1.2 Objetivos 1](#_Toc183765256)

[1.3 Conteúdo programático 1](#_Toc183765257)

[1.4 Metodologia 2](#_Toc183765258)

[1.5 Critérios de Avaliação 2](#_Toc183765259)

[1.6 Bibliografia recomendada 2](#_Toc183765260)

[2. Material de Leitura 7](#_Toc183765261)

[2.1 Histórico 7](#_Toc183765262)

[3. Conceito 10](#_Toc183765263)

[4. Normas Internacionais de Contabilidade 11](#_Toc183765264)

[5. Princípios Fundamentais da Contabilidade 13](#_Toc183765265)

[5.1 Princípio da ENTIDADE 13](#_Toc183765266)

[5.2 Princípio da CONTINUIDADE 13](#_Toc183765267)

[5.3 Princípio da OPORTUNIDADE 13](#_Toc183765268)

[5.4 Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL 14](#_Toc183765269)

[5.5 Princípio da COMPETÊNCIA 14](#_Toc183765270)

[5.6 Princípio da PRUDÊNCIA 15](#_Toc183765271)

[5.7 Princípio da MATERIALIDADE 15](#_Toc183765272)

[6. Atributos da Informação Contábil 16](#_Toc183765273)

[6.1 Da confiabilidade 16](#_Toc183765274)

[6.2 Da tempestividade 16](#_Toc183765275)

[6.3 Da compreensibilidade 17](#_Toc183765276)

[6.4 Da comparabilidade 17](#_Toc183765277)

[7. Usuários da Informação Contábil 18](#_Toc183765278)

[8. Aspectos Importantes do Relatórios Contábeis 19](#_Toc183765279)

[9. Demonstrações Financeiras 21](#_Toc183765280)

[9.1 Balanço patrimonial 21](#_Toc183765281)

[9.2 Ativo 21](#_Toc183765282)

[9.3 Passivo 27](#_Toc183765283)

[9.4 Patrimônio liquido 28](#_Toc183765284)

[9.5 Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) 28](#_Toc183765285)

[9.6 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) 32](#_Toc183765286)

[10. Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido 34](#_Toc183765287)

[11. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA 35](#_Toc183765288)

[11.1 Modelo de Demonstração do Valor Adicionado – DVA 36](#_Toc183765289)

[12. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGESTES 39](#_Toc183765290)

[13. Análise das Demonstrações Financeiras- Índices Financeiros 41](#_Toc183765291)

[13.1 Análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras 41](#_Toc183765292)

[13.2 Análise das demonstrações financeiras – índices financeiros 42](#_Toc183765293)

[13.3 EVA - (Economic Value Added) 44](#_Toc183765294)

# Programa da disciplina

## Ementa

Sistema de informação contábil. Relatórios relevantes para gestão (balanço patrimonial – BP, demonstração de resultado do exercício – DRE, demonstração dos fluxos de caixa – FCX e demonstrações das mutações do patrimônio líquido – DMPL). Análise fundamentalista da situação econômico-financeira de empresas por meio de indicadores de desempenho: liquidez, estrutura de capital, prazos médios, alavancagem financeira, lucratividade e rentabilidade. Análises horizontal e vertical.

## Objetivos

Habilitar os participantes a utilizar os conceitos de Contabilidade como uma ferramenta para o controle e gerenciamento das atividades administrativas e contribuir para a tomada de decisão.

Proporcionar conhecimentos relacionados aos conceitos contábeis e sua utilização prática nas organizações em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

Transmitir informações que possibilitem compreender as informações contábeis, possibilitando uma discussão entre gestores.

Capacitar o discente a preparar e utilizar as demonstrações contábeis, como instrumento de gestão, refletindo a importância dos relatórios para a controladoria da empresa.

Enfatizar a importância e a responsabilidade do profissional da área contábil nas organizações, salientando a ética e a seriedade no preparo das demonstrações.

## Conteúdo programático

1. Sistema de informação contábil

1.1.Origem da contabilidade;

1.2.Usuários das informações contábeis;

1.3.Informação contábil;

1.4.Objetivos da contabilidade;

1.5.Contabilidade financeira e contabilidade gerencial;

1.6.Estrutura conceitual para apresentação das demonstrações contábeis.

2. Estrutura das demonstrações contábeis

2.1.Demonstrações contábeis de propósito geral;

2.2.Balanço patrimonial;

2.3.Demonstração do resultado do exercício;

2.4.Demonstração dos fluxos de caixa;

2.5.Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

3. Elaboração das demonstrações contábeis

3.1.Método das partidas dobradas;

3.2.Regime de caixa e regime de competência;

3.3.Elaboração das demonstrações a partir de transações que envolvem inclusive contas de resultados.

4. Análise econômico-financeira

4.1.Objetivos da análise econômico-financeira;

4.2.Análise vertical;

4.3.Análise horizontal;

4.4.Análise por indicadores de desempenho;

4.5.Elaboração do relatório.

## Metodologia

Exposição teórica com utilização das demonstrações contábeis, casos e resolução de situações problema.

## Critérios de Avaliação

As provas valerão de 0-10 e serão casos de empresas reais, com situações-problema hipotéticos a serem resolvidos dentro de uma perspectiva de curto, médio e longo-prazos.

## Bibliografia recomendada

STICKNEY, Clyde P. e WEIL L. Roman. Contabilidade Financeira. Cengage Learning, 2010

ALMEIDA, Marcelo Calvalcanti. Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão; as demonstrações contábeis : origens e finalidades ; os aspectos fiscais e contábeis. 12. ed., rev. atual. e moderna. São Paulo: Atlas, 2006

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade Empresarial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010

SZUSTER, Natan; et al. Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária, 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2013

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. Introduction to management accounting. 10th ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 1996

# Material de Leitura

## 2.1 HISTÓRICO

Alguns pesquisadores afirmam que o inicio das práticas relacionadas com o controle das contas data de mais de mil anos antes de Cristo.

A história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização. Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

Deixando a caça, o homem voltou-se à organização da agricultura e do pastoreio. A organização econômica acerca do direito do uso do solo acarretou em separatividade, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza individual.

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva destes, sendo exercida nas principais cidades da Antiguidade.

A atividade de troca e venda dos comerciantes semíticos requeria o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. As trocas de bens e serviços eram seguidas de simples registros ou relatórios sobre o fato. Mas as cobranças de impostos, na Babilônia já se faziam com escritas, embora rudimentares. Um escriba egípcio contabilizou os negócios efetuados pelo governo de seu país no ano 2000 a.C.

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, havia a preocupação de saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros.

Foi o pensamento do "futuro" que levou o homem aos primeiros registros a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção etc.

Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de que se pudesse prestar conta da coisa administrada.

É importante lembrarmos que naquele tempo não havia o crédito, ou seja, as compras, vendas e trocas eram à vista. Posteriormente, empregavam-se ramos de árvore assinalados como prova de dívida ou quitação. O desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios.

A primeira literatura relevante sobre a contabilidade foi escrita no século XV pelo matemático e frade fiorentino Luca Pacioli. Sua obra publicada em 1494, é considerada até hoje um marco na história da contabilidade e tornou Pacioli conhecido com o “pai dos autores de contabilidade”

Pacioli foi matemático, teólogo, contabilista entre outras profissões. Deixou muitas obras, destacando-se a "Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proporcionalitá", impressa em Veneza, na qual está inserido o seu tratado sobre Contabilidade e Escrituração.

Pacioli, apesar de ser considerado o pai da Contabilidade, não foi o criador das Partidas Dobradas. O método já era utilizado na Itália, principalmente na Toscana, desde o Século XIV.

O tratado destacava, inicialmente, o necessário ao bom comerciante. A seguir conceituava inventário e como fazê-lo. Discorria sobre livros mercantis: memorial, diário e razão, e sobre a autenticação deles; sobre registros de operações: aquisições, permutas, sociedades, etc.; sobre contas em geral: como abrir e como encerrar; contas de armazenamento; lucros e perdas, que na época, eram "Pro" e "Dano"; sobre correções de erros; sobre arquivamento de contas e documentos, etc.

Sobre o Método das Partidas Dobradas, Frei Luca Pacioli expôs a terminologia adaptada:

"Per ", mediante o qual se reconhece o devedor;

"A ", pelo qual se reconhece o credor.

Acrescentou que, primeiro deve vir o devedor, e depois o credor, prática que se usa até hoje.

A obra de Frei Luca Pacioli, contemporâneo de Leonardo da Vinci, que viveu na Toscana, no século XV, marca o início da fase moderna da contabilidade. A obra de Pacioli não só sistematizou a contabilidade, como também abriu precedente que para novas obras pudessem ser escritas sobre o assunto. É compreensível que a formalização da contabilidade tenha ocorrido na Itália, afinal, neste período instaurou-se a mercantilização sendo as cidades italianas os principais interpostos do comércio mundial.

Foi a Itália o primeiro país a fazer restrições à prática da contabilidade por um indivíduo qualquer. O governo passou a somente reconhecer como contadores pessoas devidamente qualificadas para o exercício da profissão. A importância da matéria aumentou com a intensificação do comércio internacional e com as guerras ocorridas nos séculos XVIII e XIX, que consagraram numerosas falências e a consequente necessidade de se proceder à determinação das perdas e lucros entre credores e devedores.

No Brasil, a vinda da Família Real Portuguesa incrementou a atividade colonial, exigindo – devido ao aumento dos gastos públicos e também da renda nos Estados – um melhor aparato fiscal. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

Hoje, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, tornando-se, num mercado de economia complexa, vital para empresas informações mais precisas possíveis para tomada de decisões e para atrair investidores. O profissional vem ganhando destaque no mercado em auditoria, controladoria e atuarial.

São áreas de analise contábil e operacional da empresa, e, para atuários, um profissional raro, há a especialização em estimativas e análises; o mercado para este cresce em virtude de planos de previdência privada.

A Lei das Sociedades Anônimas (6.404/1976) com certeza foi a maior revolução contábil no nosso país durante os anos 70. Ao longo de três décadas o mundo evoluiu, surgindo novas formas de contrato, novos métodos de contabilização, entretanto a lei impedia a adoção dessas novidades. Durante 31 anos a contabilidade ficou paralisada, enquanto as outras nações caminhavam para a convergência contábil.

No mundo inteiro existem diversas maneiras de se contabilizar o patrimônio das entidades, cada país registra uma mesma operação de forma diferente, dificultando a análise dos exportadores e importadores com relação aos seus clientes, seus fornecedores ou até mesmo com os seus concorrentes.

Tais diferenças, por exemplo, dificultam o processo de compra e venda entre empresas de diferentes nacionalidades como também impossibilita a comparação dos preços. Diversas multinacionais são obrigadas a refazer a contabilidade de suas filiais com sede em outros países, para que haja um melhor entendimento de seus demonstrativos.

A harmonização das normas contábeis tem o intuito de unificar a contabilidade, ou seja, o registro de uma mesma operação em um país tem que ser idêntico em outro. Desta forma, os procedimentos contábeis no Brasil serão os mesmos realizados na Inglaterra.

No Brasil, a promulgação da Lei nº 11.638/07 tem ocasionado modificações substanciais nas práticas e nos padrões contábeis em uso no país, especialmente no que se refere à avaliação de itens patrimoniais e reestruturação do grupo patrimônio líquido, dando ênfase à essência sobre a forma e ao o conceito de valor justo, visando espelhar a realidade econômica das entidades e do seu patrimônio, demonstrando-o a valor mais próximo ao de mercado.

As mudanças promovidas estão permitindo o alinhamento das normas e práticas contábeis adotadas nacionalmente às normas internacionais. Tais mudanças podem ter impactos significativos em dois aspectos diretamente relacionados à qualidade da informação contábil divulgada: a oportunidade e o conservadorismo.

Com o advento da Lei nº 11.638/07, o processo brasileiro de convergência às normas internacionais passou a ser um amplo e articulado esquema de regulação que envolve o Estado, por intermédio de seus órgãos reguladores de normas contábeis como, por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além de órgãos privados, tal como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), entidade de direito privado criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

# CONCEITO

A contabilidade é a ciência social que estuda, analisa, interpreta e controla o patrimônio das entidades, É o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.

|  |  |
| --- | --- |
| Por sua antiguidade sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar a contabilidade para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. Através dela é fornecido o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões, tanto dentro quanto fora da empresa, estudando, registrando e controlando o patrimônio.  Em resumo, a contabilidade abrange um conjunto de técnicas para controlar o patrimônio das organizações mediante a aplicação do seu grupo de princípios, técnicas, normas e procedimentos próprios, medindo, interpretando e informando os fatos contábeis aos donos das empresas.  Todas as movimentações existentes no patrimônio de uma entidade são registradas pela contabilidade, que resume os fatos em forma de relatórios e entrega-os aos interessados em saber como está indo a situação da empresa. |  |

Através destes relatórios são analisados os resultados alcançados e a partir daí são tomadas decisões em relação aos acontecimentos futuros. Sendo assim, a contabilidade é a responsável pela escrituração (registro em livros próprios) e apuração destes resultados e é só através dela que há condições para se apurar o **lucro** ou **prejuízo** em determinado período.

# Normas Internacionais de Contabilidade

A crescente internacionalização da economia, no processo denominado “globalização”, vem ocasionando uma transformação tão intensa, que praticamente todos os aspectos da sociedade mundial vêm se alterando.

Os conceitos de propriedade e riqueza já não possuem a mesma denotação e, a cada dia, novos países se destacam no contexto econômico diante da derrocada de antigas potências. Paralelamente, surgem blocos econômicos continentais e/ou

regionais, que deflagram a necessidade de uma economia aberta e a prática de livre comércio entre os países.

Tal cenário deixa transparecer a necessidade de se adotar um conjunto de padrões contábeis internacionais que possam viabilizar o processo de comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou até mesmo de grupos distintos. Sob tal ótica, compreender as dimensões internacionais da contabilidade se afigura vital para qualquer indivíduo que queira negociar por fronteiras nacionais e internacionais.

Decerto, inúmeros fatores devem ser levados em consideração no processo decisório de onde e como negociar e investir, a exemplo da grande diversidade de culturas, de práticas empresariais, de sistemas políticos e tributários.

No entanto, as idéias de economia nacional, de empresas nacionais, de capitais nacionais, de produtos nacionais e de tecnologia nacional já fazem pouco sentido e rapidamente, a comunidade internacional vem reconhecendo os benefícios em adotar um conjunto de normas contábeis preparado sob a coordenação de um organismo mundial confiável.

Neste contexto, o IASB - *International Accounting Standards Board* surge como órgão internacional responsável por editar padrões contábeis a serem adotados por uma imensa gama de entidades ao redor do mundo.

A estrutura conceitual do IASB sempre na busca de uma maior harmonização, optou por focar em demonstrações financeiras que são preparadas com o propósito de fornecer informações úteis na tomada de decisões econômicas

Como visto, exigências de governos, órgãos reguladores ou autoridades fiscais não devem afetar as demonstrações financeiras preparadas segundo a estrutura conceitual.

Em 2001, a Comissão Européia decidiu adotar as normas internacionais de contabilidade, estabelecendo 2005 como sendo o ano para adoção integral pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A comunidade internacional vem reconhecendo rapidamente os benefícios em adotar um conjunto de normas contábeis preparado pela coordenação do IASB, que tem o compromisso de desenvolver um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, que exige informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeiras de uso comum.

Paralelamente, a parcela da sociedade brasileira representada pelas entidades contábeis dedicou grande parte das duas últimas décadas discutindo a necessidade de modernização da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº. 6.404/76, visando torná-la responsiva às necessidades locais e globais de informação. Neste ínterim, foram editadas as Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09, trazendo significativas mudanças no ambiente regulatório e harmonizando-o com as normas internacionais de contabilidade.

Ora, sabido e consabido que os investidores são atraídos para mercados que eles conhecem e nos quais confiam. Por essa razão, os países que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente e por eles entendidas terão significativa vantagem sobre os demais.

O fornecimento de informações de acordo com normas de elevada qualidade, transparência e comparabilidade reduz o risco do investimento e o custo do capital.

Se a empresa tiver de preparar suas demonstrações contábeis de acordo com diferentes normas de distintos países, para se comunicar com investidores nos vários mercados de capitais em que opera, terá com isso elevados custos e dificuldades no processo de comunicação.

A verdade é que o mercado de capitais dos países que adotam normas contábeis em consonância com as reconhecidas internacionalmente, como vem fazendo o Brasil, tende a estar em vantagem em relação aos demais, visto que os investidores estrangeiros necessitam de informações confiáveis que resguardem sua comparabilidade no processo de tomada de decisões.

# Princípios Fundamentais da Contabilidade

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância.

No caso da contabilidade, presente seu objeto, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia e em relação aos demais patrimônios existentes.

## 5.1 Princípio da ENTIDADE

Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios.

## 5.2 Princípio da CONTINUIDADE

A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

## 5.3 Princípio da OPORTUNIDADE

O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:

1. Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;
2. O registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;
3. O registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

## 5.4 Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

1. A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;
2. Uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;
3. O valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;
4. Os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;
5. O uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

## 5.5 Princípio da COMPETÊNCIA

As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

**As receitas consideram-se realizadas:**

1. Nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;
2. Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
3. Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
4. No recebimento efetivo de doações e subvenções.

**Consideram-se incorridas as despesas:**

1. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
2. Pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
3. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

## 5.6 Princípio da PRUDÊNCIA

O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

## 5.7 Princípio da MATERIALIDADE

O princípio da materialidade postula que toda a informação financeira que possa influenciar a decisão dos usuários, deverá ser sempre avaliada considerando o custo-benefício à luz do princípio da materialidade. É material o procedimento ou valor e poderá alterar o fundamento de juízo que o usuário faça sobre as demonstrações financeiras, e portanto afete a qualidade da informação.

# Atributos da Informação Contábil

A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente a nenhum deles, considerado o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes.

A informação contábil, em especial aquela contida nas demonstrações contábeis, notadamente as previstas em legislação, deve propiciar revelação suficiente sobre a Entidade, de modo a facilitar a concretização dos propósitos do usuário, revestindo-se de atributos entre os quais são indispensáveis os seguintes:

* Confiabilidade;
* Tempestividade;
* Compreensibilidade;
* Comparabilidade.

## 6.1 Da confiabilidade

A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação.

A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo. A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses, e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e, na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade, nos limites de certeza e previsão por ela possibilitados.

A completeza diz respeito ao fato de a informação compreender todos os elementos relevantes e significativos sobre o que pretende revelar ou divulgar, como transações, previsões, análises, demonstrações, juízos ou outros elementos.

A pertinência requer que seu conteúdo esteja de acordo com a respectiva denominação ou título.

## 6.2 Da tempestividade

A tempestividade refere-se ao fato de a informação contábil dever chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.

Nas informações preparadas e divulgadas sistematicamente, como as demonstrações contábeis, a periodicidade deve ser mantida. Quando por qualquer motivo, inclusive de natureza legal, a periodicidade for alterada, o fato e suas razões devem ser divulgados junto com a própria informação.

## 6.3 Da compreensibilidade

A informação contábil deve ser exposta na forma mais compreensível ao usuário a que se destine. A compreensibilidade presume que o usuário disponha de conhecimentos de contabilidade e dos negócios e atividades da Entidade, em nível que o habilite ao entendimento das informações colocadas à sua disposição, desde que se proponha analisá-las, pelo tempo e com a profundidade necessários.

A eventual dificuldade ou mesmo impossibilidade de entendimento suficiente das informações contábeis por algum usuário, jamais será motivo para a sua não-divulgação.

A compreensibilidade concerne à clareza e objetividade com que a informação contábil é divulgada, abrangendo desde elementos de natureza formal, como a organização espacial e recursos gráficos empregados, até a redação e técnica de exposição utilizadas.

A organização espacial, os recursos gráficos e as técnicas de exposição devem promover o entendimento integral da informação contábil, sobrepondo-se, pois, a quaisquer outros elementos, inclusive de natureza estética.

As informações contábeis devem ser expressas no idioma nacional, sendo admitido o uso de palavras em língua estrangeira somente no caso de manifesta inexistência de palavra com significado idêntico na língua portuguesa.

## 6.4 Da comparabilidade

A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas.

A concretização da comparabilidade depende da conservação dos aspectos substantivos e formais das informações. A manutenção da comparabilidade não deverá constituir elemento impeditivo da evolução qualitativa da informação contábil.

# Usuários da Informação Contábil

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobreo seu futuro.

Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis.

Em países com um ativo mercado de capitais, assume importância ímpar a existência de informações corretas, oportunas, suficientes e inteligíveis sobre o patrimônio das Entidades e suas mutações, com vista à adequada avaliação de riscos e oportunidades por parte dos investidores, sempre interessados na segurança dos seus investimentos e em retornos compensadores em relação às demais aplicações.

A qualidade dessas informações deve ser assegurada pelo sistema de normas alicerçado nos Princípios Fundamentais, o que torna a contabilidade em verdadeiro catalisador do mercado de ações.

O tema é vital e, por consequência, deve-se manter vigilância sobre o grau em que os objetivos gerais da contabilidade aplicada a uma atividade particularizada estão sendo alcançados. O entendimento das informações pelos próprios usuários pode levá-los a conclusão da necessidade de valer-se dos trabalhos de profissionais da contabilidade

# Aspectos Importantes do Relatórios Contábeis

Os relatórios contábeis, permitem ao usuário identificar a estrutura patrimonial de qualquer empresa, por obter inúmeras informações importantes e necessárias. Os relatórios, emitido pela empresa, permitem ao publico avaliar a situação em que ela se encontra, verificando a qualidade da gestão que os usuários utilizam na mesma.

Evolutivamente deixou-se de praticar a [contabilidade](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/contabilidade) formada pelo conjunto de informações que se tinha na época e pela intuição do empresário, que era o executor de todas as ações do negócio, para se conviver com a dinâmica das informações verificadas nos relacionamentos comerciais.

No atual cenário, deve-se estabelecer um modo de gerar informações que satisfaça as necessidades dos diversos usuários, conscientes de que estes necessitam de segurança e confiabilidade nas informações contábeis.

A mais resumida e organizada demonstração de dados apurados pela [contabilidade](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/contabilidade) é o Relatório Contábil, que expõe aos usuários da [contabilidade](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/contabilidade)os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período. São distintos em obrigatórios e não obrigatórios os relatórios são conhecidos também como informes contábeis.

Os relatórios contábeis obrigatórios são: [Balanço Patrimonial,](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/balanco_patrimonial) Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido e Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura das demonstrações contábeis deve contemplar a maior quantidade de informações, evidenciando o que for considerado importante para a tomada de decisões e a prestação de contas não sendo interessante divulgarem-se informações de pouca utilidade ou alguns relatórios que possam vir a confundir os usuários externos.

Os relatórios contábeis não obrigatórios, evidentemente, são aqueles não exigidos por lei, o que não significa que sejam menos importantes. Há relatórios não obrigatórios imprescindíveis para administração e para tomada de uma determinada decisão.

**Método das Partidas Dobradas**

Esse método consiste no controle individual de cada conta, registrando-se os aumentos e diminuições separadamente. No final de um determinado período, apura-se o saldo de cada conta e elabora-se de forma ordenada as demonstrações contábeis**.**

Por mera convenção contábil, ou seja, por acordos efetuados durante toda a existência da ciência contábil, foram estabelecidos alguns termos puramente contábeis para se executar o método das partidas dobradas.

Convencionou-se chamar que o lado do passivo e patrimônio líquido (as origens de recursos), seria o lado que representaria as contas com saldo credor do balanço. No lado do ativo (bens e direitos), as contas teriam saldo devedor.

|  |
| --- |
| Este método reza que em cada lançamento, o valor total lançado nas contas a débito deve ser sempre igual ao total do valor lançado nas contas a crédito. |
|  |

Ou seja, não há devedor sem credor correspondente. A todo débito corresponde um crédito de igual valor e vice-versa. Se aumentar de um lado, deve consequentemente aumentar do outro lado também.

# Demonstrações Financeiras

## 9.1 Balanço patrimonial

Demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa.

**O Balanço Patrimonial é constituído por:**

**Ativo** compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos.

**Passivo** compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

[Patrimônio Líquido](http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/pl.htm) compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

## 9.2 Ativo

Do ponto de vista econômico, os ativos são classificados no Balanço Patrimonial seguindo sempre uma ordem de liquidez.

Isso significa que as contas que aparecem em primeiro lugar na estrutura do balanço patrimonial são as contas que mais velocidade ou facilidade podem ser convertidas em caixa.

Os ativos da entidade precisam necessariamente ser resultado de transações passadas. As entidades normalmente obtêm ativos por meio de sua compra ou produção, mas outras transações também podem gerar ativos.

Há uma forte associação entre a existência do gasto para a geração do ativo, mas podem ocorrer situações em que esta relação não seja verdade. O gasto incorrido visando à obtenção de benefícios futuros, não significa necessariamente a existência de um ativo, basta que a empresa adquira uma máquina de um fornecedor que decretou falência logo após a realização da transação comercial, mas que por este fato, não entregou o item de sua venda.

Da mesma forma, a empresa pode ter um ativo sem que exista um gasto associado, como ocorre no recebimento de um imóvel de propriedade de um ente governamental ou a descoberta de uma jazida que será explorada futuramente.

O benefício econômico futuro é a essência de um ativo e refere-se ao seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Este benefício pode ser sob a forma de algo que será convertido em caixa ou que pode produzir as saídas de caixa, como é o caso de um processo industrial que irá reduzir os custos de produção.

Os ativos podem dar origem a benefícios econômicos quando usados na produção de bens (estoques) ou serviços vendidos pela entidade; trocados por outros ativos; usados para reduzir um passivo; ou distribuídos aos proprietários da entidade.

Muitos ativos, tem forma física, entretanto, a forma física não é essencial para a existência de um ativo. As patentes e os direitos autorais, por exemplo, são considerados ativos, caso deles sejam esperados que benefícios econômicos futuros. A ideia central é que o bem econômico possa ajudar a entidade gerar riqueza.

Desta forma não é correto reconhecer o ativo de uma patente que perdeu validade, mesmo que esta tenha gerado riqueza no passado. Situação semelhante ocorre com uma duplicata a receber cujo cliente esteja falido ou o recebimento seja incerto. Estes exemplos evidenciam o erro de associar a palavra ‘ativo’ como sinônimo de bens e direitos de uma entidade.

O imóvel que a entidade aluga não é um ativo apenas pela existência do terreno, da edificação ou das benfeitorias que existem nele, e sim pelo fato de ser um item que foi adquirido no passado, que está sob o controle da entidade e principalmente porque gera ou vai gerar um benefício econômico (riqueza) para a entidade.

**As principais contas que compõem o Ativo:**

**Disponibilidades**

Representam numerário em caixa, saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As normas internacionais trabalham mais com o conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que engloba, além das disponibilidades propriamente ditas, valores que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem um vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os investimentos em ações de outras empresas são excluídos dos equivalentes de caixa a menos que eles sejam, em essência, um equivalente de caixa, como por exemplo, os casos de ações preferenciais resgatáveis que tenham prazo definido de resgate e cujo prazo atenda à definição de curto prazo.

**Conta Caixa**

Representa todo o numerário (dinheiro) totalmente a disposição da empresa, essa reserva de dinheiro visa atender às necessidades básicas da empresa.

Normalmente a empresa deixa uma pequena quantia fixa na conta caixa para o pagamento de pequenas despesas do cotidiano, por exemplo, despesas com postagens de documentos, condução, etc.

Inclui dinheiro, cheques em mãos recebidos e ainda não depositados, pagáveis sem restrição e imediatamente. Há basicamente dois tipos de controle da conta Caixa, o Fundo fixo e o Caixa flutuante.

No Fundo fixo, define-se uma quantia fixa que é fornecida ao responsável pelo fundo, para pagamento de pequenas despesas. No Caixa flutuante, transitam pela conta caixa todos os recebimentos e pagamentos em dinheiro.

**Bancos Conta Movimento**

Representa o saldo das contas correntes que a empresa possui junto às instituições financeiras. Esse controle contábil permite que no final de cada período se faça uma conferência da posição dos saldos apresentados nas contas de cada banco comparado com o saldo das contas informadas pelo extrato bancário.

Normalmente são contas de livre movimentação mantidas pela empresa em bancos. Podem ser: conta movimento ou depósitos sem limites, contas especiais para pagamentos específicos (exemplo: folha de pagamento) e contas especiais de cobrança.

**Aplicações Financeiras**

A curto prazo representam os investimentos efetuados pela empresa em títulos de liquidação imediata, sem nenhuma restrição de uso.

São aplicações de curtíssimo prazo no mercado financeiro, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

**Contas a Receber – Clientes**

Também chamada de duplicatas a receber ou títulos a receber ou simplismente recebiveis. O saldo dessa conta representa o quanto a empresa tem a receber proveniente de vendas efetuadas a prazo no período ou em períodos anteriores, ou seja, o quanto está financiando seus clientes.

* **Provisão para Devedores Duvidosos**
* **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)**
* **Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)**

A provisão para devedores duvidosos é uma conta que representa para a empresa uma margem de segurança sobre o saldo da conta clientes que é passível de inadimplência.

A partir de 1997 a provisão para devedores duvidosos deixou de ser admitida para efeitos fiscais. Em substituição à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a pessoa jurídica tributada pelo Lucro Real passou a considerar dedutíveis, como Despesa Operacional, os valores contabilizados como perdas de créditos decorrentes das atividades da empresa, conforme segue:

1. Em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;
2. Sem garantia, de valor:

b.1) até R$- 15.000,00 (quinze mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

b.2) acima de R$- 15.000,00 (quinze mil reais) até R$- 100.000,00 (cem mil reais) por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, porém, mantida a cobrança administrativa;

b.3) superior a R$- 100.000,00 (cem mil reais), vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

**Estoques**

Representam os ativos tangíveis de uma empresa, ou seja, as aplicações de recursos que a empresa mantém, normalmente em mercadorias, visando a obtenção de lucro quando na venda.

Os estoques estão representados basicamente por mercadorias para revenda, produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, almoxarifado, importações em andamento e adiantamentos a fornecedores de estoques, observando-se que serão também considerados:

1. os itens existentes fisicamente em estoques, excluindo-se aqueles que estão fisicamente na empresa, mas não são de propriedade da empresa, tais como aqueles recebidos em consignação, para conserto, remessa para industrialização, etc.
2. os itens de propriedade da empresa que estão em poder de terceiros para conserto, consignação, beneficiamento ou armazenamento.

Considerando que vários fatores podem fazer variar o preço de aquisição dos materiais entre duas ou mais compras (inflação, custo do transporte, procura de mercado, outro fornecedor, etc.), surge o problema de selecionar o método que se deve adotar para avaliar os estoques. Os métodos mais comuns são:

* **Custo médio;**
* **Primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS);**
* **Último a entrar, primeiro a sair (UEPS).**

**Primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS)**

Com base nesse critério, dá-se saída no custo da seguinte maneira: o primeiro que entra é o primeiro que sai (PEPS). À medida que ocorrem as vendas, vamos dando baixas no estoque a partir das primeiras compras, o que equivaleria ao raciocínio de que vendemos/compramos primeiro as primeiras unidades compradas/produzidas, ou seja, a primeira unidade a entrar no estoque é a primeira a ser utilizada no processo de produção o ou a ser vendida.

**Ultimo a entrar, primeiro a sair ( UEPS)**

O método de avaliar estoque muito discutido. O custo do estoque é determinado como se as unidades mais recentes adicionadas ao estoque (últimas a entrar) fossem as primeiras unidades vendidas (saídas) (primeiro a sair). Supõe-se, portanto, que o estoque final consiste nas unidades mais antigas e é avaliado ao custo destas unidades.

Segue-se que, de acordo com o método UEPS, o custo dos itens vendidos/saídos tende a refletir o custo dos itens mais recentemente comprados (comprados ou produzidos, e assim, os preços mais recentes).

**Custo Médio**

Este método, também chamado de método da média ponderada ou média móvel, baseia-se na aplicação dos custos médios em lugar dos custos efetivos. O método de avaliação do estoque ao custo médio é aceito pelo Fisco e usado amplamente.

Representa a média de compras efetuadas durante o período e que servirá de custo para a baixa do estoque quando na venda da mercadoria. É um critério muito utilizado por eliminar, num espaço de tempo curto, possíveis distorções de preços em compras diferenciadas.

**Ativo Permanente**

O ativo permanente representa os bens e direitos que a empresa possui e que teoricamente não estão destinados a venda. São os bens que movimentam o operacional do negócio a ser explorado.

Os recursos aplicados no Ativo Permanente, como o próprio nome sugere, estão todas as aplicações de recursos feitas pela empresa de forma permanente (fixa), que são representadas pelos bens adquiridos para uso da empresa, aplicações de recursos na compra de ações ou quotas de outras empresas de caráter permanente e aplicação de recursos em despesas que devam onerar o resultado de vários exercícios.

**O Ativo Permanente está dividido em três grupos:**

**Investimentos** - representado pelos bens e direitos em participações permanentes em outras empresas ou sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, que não se destinem à manutenção da atividade da empresa ou sociedade. Exemplo: Participação em Coligadas, Provisões para Perdas, Obras de arte, Imóveis não de uso etc.

**Imobilizado** - representado pelos direitos que tenham por objeto os bens destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial, podendo se apresentar de forma tangível, exemplo: computadores, imóveis, móveis e utensílios, veículos, instalações etc. como na forma intangível, exemplo: marcas, patentes, direitos e etc.

**Depreciação:** A depreciação dos bens do ativo imobilizado corresponde à diminuição parcelada do valor dos elementos ali classificáveis, resultante do desgaste pelo uso, da ação da natureza ou de obsolescência normal. As causas que podem provocar a depreciação podem ser; o desgaste pelo uso (perdem a capacidade de produção), ação do tempo (sofrem desgaste do sol, da chuva e de outros elementos do tempo), obsolescência (provocada pela evolução tecnológica).

Do ponto de vista econômico, a depreciação de um bem do ativo pode ser denominada como o reconhecimento da perda da condição de gerar benefícios futuros para a entidade.

**Taxa de Depreciação Fixadas pela Legislação do Imposto de Renda**

***Impairment* - Deterioração**

Os testes dos valores recuperáveis de ativos também denominados impairment, nada mais são que o reconhecimento das reduções nos valores de ativos a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas.

O teste de impairment consiste basicamente em avaliar as perdas de valor do capital aplicado quando há intenção de interromper as atividades as quais se destinavam tais bens, ou quando comprovado que os mesmos não poderão produzir resultados suficientes para recuperação deste valor.

O caixa a ser considerado por uma possível venda ou mesmo o caixa decorrente das atividades da empresa. Um exemplo simples e corriqueiro a ser citado pode ser o da regra da [depreciação](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/depreciacao) dos bens do ativo imobilizado, que visa evidenciar a perda de valor de mercado desses bens. “a regra antiquíssima de custo ou mercado, dos dois o menor, para os estoques é também é regra do teste de recuperabilidade” (FIPECAFI, 2010).

O estoque também é um exemplo, o custo avaliado aos estoques, pois se os valores de mercado da venda de um [estoque](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/estoque) forem inferiores ao seu custo será necessário estimar seu o valor, ao valor recuperável deste [estoque,](http://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/estoque) como perda no resultado.

Para bens registrados no ativo Imobilizado e que consequentemente não estão à venda, mas são utilizados por uso fruto, a regra do custo pode parecer não fazer sentido, afinal muitos ativos são adquiridos para produzirem caixa através de seu uso e não de sua venda. Logo, o custo destes ativos se limita ao valor que possa ser obtido em termos de fluxos de caixas futuros. Nesses casos o ativo também deve ser reconhecido com o seu valor de mercado.

Assim, periodicamente as entidades devem fazer o teste de recuperabilidade de seus ativos, reconhecendo-os pelo valor de mercado.

Na pratica podemos dizer que isso significa que deve ser reconhecido o valor econômico do bem, ou seja, seu valor de mercado, para que as demonstrações contábeis se ilustrem de maneira adequada o valor econômico dos valores dos ativos da empresa.

O valor recuperável de um ativo Imobilizado é definido como maior valor entre: o valor líquido de venda de um ativo, e o valor de uso desse ativo.

Considerados esses elementos a entidade deve estimar as futuras entradas e saídas de caixa decorrentes do uso continuo do ativo, bem como sua baixa ao final da vida útil e aplicar a taxa mais adequada a estes fluxos estimados.

Sem dúvidas este tipo de ajuste altera consideravelmente o resultado econômico  apresentado nas demonstrações contábeis das companhias, por outro lado aumenta a transparência das  mesmas em relação à realidade da empresa, inclusive abrindo uma nova possibilidade de mercado, pois, da segurança a investidores estrangeiros que estejam interessados em investir em empresas brasileiras.

## 9.3 Passivo

O passivo representa o conjunto de obrigações assumidas por uma determinada entidade, com o objetivo de financiar sua atividade operacional ou recursos captados para colocá-la em funcionamento.

O passivo significa as fontes financiadoras dos ativos de uma entidade. Direito de terceiros exigíveis no futuro, quando nos referimos ao passivo propriamente dito.

As principais características que qualificam um passivo são:

1. Representam um compromisso assumido de pagamento futuro;
2. As transações já ocorreram no passado e não significam operações futuras;
3. As contas deverão ser passíveis de cálculos;
4. As contas de passivo terão contrapartida de registro contábil em contas do ativo ou em contas de despesas.

Os passivos que representam as obrigações que a empresa assumiu por captar recursos de terceiros, serão classificados em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Isso significa que a empresa deverá classificar o passivo pelo seu respectivo vencimento de cumprimento com a obrigação assumida. As dívidas vencíveis em primeiro lugar aparecem, por coerência, em primeiro lugar no balanço patrimonial.

O fator principal que determinará a classificação do passivo em circulante ou em exigível a longo prazo será o ciclo operacional da empresa.

Segue exatamente a mesma regra estabelecida no ativo, ou seja, toda a obrigação assumida pela empresa, com vencimento até no término do exercício social seguinte, será considerado curto prazo (circulante).

## 9.4 Patrimônio liquido

Representa os valores investidos pelos sócios ou acionistas na empresa, que denominamos de capital social. Representam ainda os valores gerados pela própria empresa em forma de lucros e que não foram distribuídos.

A conta capital será registrada pelo valor efetivamente integralizado pelos sócios, ou seja, o valor que a empresa obteve pela entrada dos recursos em dinheiro ou em bens.

Os lucros acumulados representam a sobra remanescente de determinado exercício acumulado com outros exercícios sociais, após a destinação do lucro do período para reservas e dividendos.

## 9.5 Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

É um relatório contábil que apresenta as receitas, custos, despesas, perdas e ganhos obtidos e suportados pela entidade, assim como as participações no seu resultado, evidenciando o lucro líquido apurado em um determinado período.

Por determinação fiscal a DRE e as demais demonstrações financeiras cobrem o período de um ano encerrando em 31 de dezembro do ano calendário. Algumas empresas operam em um ciclo financeiro de 12 meses, que se encerra em outra data, diferente de 31 de dezembro, somente para efeito de gestão.

**Modelo de Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) e suas contas**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vendas de Produtos

Vendas de Mercadorias

Prestação de Serviços

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Devoluções de Vendas

Abatimentos

Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) CUSTOS DAS VENDAS

Custo dos Produtos Vendidos

Custo das Mercadorias

Custo dos Serviços Prestados

= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Com Vendas

Despesas Administrativas

(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Despesas Financeiras

(-) Receitas Financeiras

Variações Monetárias e Cambiais Passivas

(-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Resultado da Equivalência Patrimonial

Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO

(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

**Receitas**

Receitas são todos os recursos provenientes da venda de mercadorias ou de uma prestação de serviços, porém nem todos são oriundos de vendas ou prestação de serviços, como por exemplo: aluguéis, rendimentos de uma aplicação financeira, juros e etc.

As receitas são provenientes das vendas efetuadas pela empresa em determinado espaço de tempo. Essa receita pode ter sido recebida à vista ou ter prazo futuro de recebimento.

Pelo regime de competência dos exercícios, a empresa reconhece a receita independentemente do prazo de recebimento. Isso significa que a realização da venda será contabilmente registrada no momento de sua geração e não do efetivo recebimento.

**Deduções de Vendas**

As deduções sobre vendas são valores calculados sobre o faturamento bruto dos produtos. As principais são: Impostos (federais, estaduais e municipais), descontos concedidos, abatimentos sobre venda e devoluções de produtos entre outras.

**Impostos Incidentes sobre Vendas:** representam os valores que a empresa deverá recolher ao órgão competente de fiscalização e que foram gerados em função da receita do período. Dentre eles, apresentam-se:

* Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
* Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
* Imposto sobre Serviços (ISS);
* Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
* Programa de Integração Social (PIS/Faturamento);

**Descontos Concedidos**: normalmente a empresa adota prática de vendas para atrair mais clientes ou alavancar vendas, no momento da venda o valor da transação já é realizado pelo líquido da transação, resultando em um mero desconto comercial, não cabendo nesse caso, registro contábil.

**Abatimentos sobre venda:** Por vários motivos, por exemplo, produto fora do padrão, desacordo com pedido etc. a empresa vendedora poderá conceder descontos (abatimentos) sobre as vendas já realizadas. Esse desconto concedido após a venda será contabilizado como uma dedução da receita bruta do período.

**Devoluções:** representam as vendas que foram canceladas pelos clientes, por motivo de desacordo com o pedido, divergência em quantidades contratadas, preços etc.

**Custo dos Produtos Vendidos, Custo das Mercadorias Vendidas e Custo dos Serviços Prestados**

Os custos dos produtos vendidos representam todos os custos incorridos pela empresa por ter fabricado um produto no caso da indústria.

Representam os custos dos produtos vendidos no caso da indústria, das mercadorias que estão sendo vendidas no caso do comércio e na prestação de serviços representam os custos envolvidos no processo da efetiva prestação do serviço a qual a atividade desempenha.

**Despesas**

Valor gasto com bens e serviços relativos à manutenção da atividade da empresa, bem como aos esforços para a obtenção de receitas. São sacrifícios que a empresa incorre para poder obter receita no futuro.

**Despesas Operacionais**: as que participam efetivamente da operação da empresa, contribuindo para a manutenção da atividade operacional a qual se propõe a desempenhar.

Constituem-se das despesas pagas ou incorridas para vender produtos e serviços e administrar a empresa, abrangem também as despesas líquidas para a empresa financiar suas operações.

As principais contas classificadas como despesas operacionais são: despesas com vendas, administrativas e financeiras.

**Receitas Financeiras:** Os juros recebidos, os descontos obtidos, o lucro na operação de reporte e o prêmio de resgate de títulos ou debêntures e os rendimentos nominais relativos a aplicações financeiras de renda fixa, auferidos pelo contribuinte no período de apuração, compõem as receitas financeiras e como tal deverão ser incluídas no lucro operacional.

**Despesas Financeiras:** São as remunerações dos capitais de terceiros e representam basicamente o custo das operações de empréstimos e financiamentos como exemplo: imposto sobre operações financeiras, juros de mora pagos, despesas de comissões bancárias etc.

**Variações Monetárias E Cambiais Ativas E Passivas:** As entidades que tiverem crédito a receber e/ou obrigações a pagar em moeda estrangeira deverão, por ocasião do levantamento de balanços, proceder à atualização da expressão monetária, em reais, desses valores com base na taxa cambial vigente na data do levantamento do balanço.

Devem ser utilizadas as taxas cambiais verificadas no fechamento do mercado de câmbio, no último dia útil de cada mês, que são fornecidas pelo Banco Central do Brasil.

Na atualização de direitos de créditos, devem ser utilizadas as taxas para compra, enquanto que na utilização de obrigações, devem ser utilizadas as taxas para venda.

**Outras Receitas e Despesas - Resultado da Equivalência Patrimonial:**

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio liquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, será determinado mediante a aplicação da porcentagem no capital social, sobre o patrimônio liquido de cada sociedade coligada ou controlada.

No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

## 9.6 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

De forma condensada, esta demonstração indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios, a DFC é uma demonstração dinâmica e também está contida no balanço patrimonial.

A Demonstração do Fluxo de Caixa irá indicar quais foram às saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

Seguindo as tendências internacionais, o fluxo de caixa pode ser incorporado às demonstrações contábeis tradicionalmente publicadas pelas empresas. Basicamente, o relatório de fluxo de caixa deve ser segmentado em três grandes áreas:

1. Atividades Operacionais;
2. Atividades de Investimentos
3. Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.

As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado ou no Intangível, bem como as entradas por venda dos ativos registrados nos referidos subgrupos de contas.

As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto prazo. As saídas correspondem à amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.

**Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa – Direto**

**Demonstração do Fluxo de Caixa – Indireto**

O primeiro passo para preparar o relatório do fluxo de caixa pelo método indireto é calcular a variação das contas de ativo e de passivo no período.

Com base nas variações das contas do ativo e do passivo. Todas as vezes que uma variação liberar recursos para o fluxo de caixa, ela entra com o sinal positivo. Todas as vezes que uma variação retirar recursos do fluxo de caixa, ela entra com o sinal negativo.

**Modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa – Indireto**

**Geração Interna de Recursos**

Lucro Líquido

Depreciação

Juros Apropriados

Recursos Operacionais

Fornecedores

Outros Exigíveis

Duplicatas em Aberto

Estoques

**Saldo Operacional**

**Recursos Não Operacionais**

Empréstimos de Curto Prazo

Aporte de Capital

Imobilizado

Investimentos

Dividendos Distribuídos

Liquidação de Empréstimos de Longo Prazo

Saldo Final

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido têm por finalidade apresentar as alterações que ocorreram em determinado exercício no patrimônio líquido da empresa, entre as principais alterações podemos destacar, a destinação dos resultados do período, integralização do capital e o aumento ou a diminuição das reservas da empresa.

É uma demonstração contábil, destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da Entidade.

**Modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido - DMPL**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Demonstração das Mutações do Patrimonio Liquido encerrado em XX/XX/XX** | | | |
| **(valores em Reais)** | | | |
|  |  |  |  |
| **Eventos** | **Capital Social** | **Lucros Acumulados** | **Total do PL** |
| **Saldo Inicial** |  |  |  |
| **Integralização do Capital Social** |  |  |  |
| **Apuração do Resultado** |  |  |  |
| **Saldo Final** |  |  |  |

# DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

A DVA foi inserida pela Lei nº 11.638/2007, no conjunto de demonstrações financeiras que as companhias abertas devem apresentar ao final de cada exercício social, estando, portanto, sujeita a todas as regras de aprovação.

No artigo 188, inciso II da Lei das S/A, informa que a Demonstração do Valor Adicionado indicará: o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

O valor adicionado de uma empresa, elaborado na forma contábil, representa o

quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros.

Este valor terá também o significado de toda a remuneração dos esforços aplicados na atividade da empresa. Sob uma abordagem mais ampla, a Contabilidade utiliza a Demonstração do Valor Adicionado, para identificar e divulgar quanto à atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem os distribui.

Esta é uma informação de fundamental importância para a gestão econômica governamental regional, dado que a instalação de uma empresa consome, necessariamente, recursos públicos, por meio da implementação de infraestrutura

básica como: asfalto, rede de água e esgoto etc ou na forma de subsídios, redução de impostos permanente ou temporariamente.

Para avaliação de investimentos faz-se necessário identificar os benefícios que

podem gerar (ou que estão gerando) frente aos recursos que consomem de modo a se aferir as vantagens da permissão de sua instalação ou continuidade.

O valor adicionado constituí-se da receita de venda deduzido dos custos dos recursos adquiridos de terceiros como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços de terceiros, energia elétrica, enfim todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional.

O resultado representa o que a empresa adicionou aos insumos/serviços adquiridos de terceiros para chegar ao seu produto/serviço final; corresponde, portanto, à riqueza gerada. É o que tem se convencionado denominar Valor Adicionado Bruto.

A distribuição do valor adicionado reflete quem são os beneficiados com o desempenho da empresa como: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais estão representados pela remuneração do pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção e serviços, taxas e contribuições; juros sobre capital de terceiros e próprio, dividendos, aluguéis de móveis e imóveis e por fim pode ser retido a título de reinvestimento na organização.

## 11.1 Modelo de Demonstração do Valor Adicionado – DVA

**1 – RECEITAS**

1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços.

Vendas de Mercadorias

Vendas de Produtos

Vendas de Serviços

1.2) Provisão P/créditos duvidosos

Constituição da Provisão para Créditos Duvidosos

Reversão da Provisão para Créditos Duvidosos

1.3) Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais

Vendas do Imobilizado

Custo de Vendas do Imobilizado

**2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**

2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos

2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros

2.3) Perda/Recuperação de valores ativos

2.4) Outras (especificar)

**3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)**

**4 – RETENÇÕES**

4.1) Depreciação, amortização e exaustão

**5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2-3)**

**6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**

6.1) Resultado de equivalência patrimonial

6.2) Receitas financeiras

**7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)**

**8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:**

8.1) Pessoal e encargos

8.2) Impostos, taxas e contribuições

8.3) Juros e aluguéis

8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos

8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício

**1 – RECEITAS**

**1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços**

Inclui os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde á receita bruta ou faturamento bruto. Devem ser deduzidas as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos. Para fins de facilitar a compreensão dos termos empregados neste grupo, define-se:

*Mercadorias* - valores de revenda de produtos adquiridos de terceiros.

*Produtos* - valores de venda de produtos de produção própria (indústria).

*Serviços* – valores de venda de serviços executados por contrato ou tarefa.

**1.2) Provisão p/créditos duvidosos**

Inclui os valores relativos à constituição de provisão para créditos duvidosos,

bem como da reversão da mesma.

**1.3) Outras Receitas Operacionais**

Inclui valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como venda de imobilizado ou investimentos.

**2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**

**2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos**

Somam-se neste item todos os materiais (incluindo materiais de embalagem, materiais secundários, etc.) consumidos no custo dos produtos e serviços vendidos.

**2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros**

Compreende todas as demais despesas operacionais não incluídas em outros itens, como energia elétrica aplicada na administração e vendas, serviços de terceiros não compreendidos como custo de produção, despesas administrativas e comerciais.

**2.3) Perda/Recuperação de valores ativos**

Inclui valores relativos a provisões para ajuste ao valor de mercado de estoques e investimentos, etc.

**2.4) Outras**

Especificar

**4 – RETENÇÕES**

**4.1) Depreciação, amortização e exaustão**

**6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**

**6.1) Resultado de equivalência patrimonial**

Inclui os valores recebidos como dividendos e lucros relativos a investimentos avaliados ao custo.

**6.2) Receitas financeiras**

Compreende todas as receitas financeiras independentemente de sua origem, como juros sobre aplicações financeiras, juros sobre duplicatas de clientes, descontos obtidos, juros sobre atualizações de impostos recuperáveis, etc.

**8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

**8.1) Pessoal e encargos**

Nesse item deverão ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc.

**8.2) Impostos, taxas e contribuições**

Além das contribuições devidas ao INSS, comporão este item o imposto de renda da pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro, PIS, COFINS, ISS, CPMF e todos os demais impostos, taxas e contribuições.

**8.3) Juros e alugueis**

Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se os custos e despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

**8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos**

Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas, sócios ou titular.

**8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício**

Devem ser incluídos os lucros do período destinados a reservas de lucros e eventuais parcelas ainda ser destinação especifica.

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGESTES

Resultado abrangente é “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios”.

Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios (aporte de capital e reservas de capital) e distribuições aos sócios, como dividendos e juros sobre capital próprio.

A demonstração de resultados abrangentes tem característica de ser gerencial, pois apresenta informações que atualizam o capital próprio, por meio do ajuste no patrimônio líquido das receitas e despesas já incorridas.

Na prática, o resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no patrimônio líquido como se fossem lucro da empresa.

Por exemplo: a conta ajuste da avaliação patrimonial registra as modificações de ativos e passivos a valor justo que, pelo princípio da competência, não entram na DRE; no entanto, no lucro abrangente, essas variações serão computadas, a fim de apresentar o lucro o mais próximo da realidade econômica da empresa.

É uma demonstração que presta informações de caráter societário; assim, atende os anseios de investidores.

É de se concluir que a Demonstração do Resultado Abrangente oferece informações muito importantes para os usuários das Demonstrações Contábeis, sobretudo no que diz respeito a origem dos ajustes realizados no Patrimônio Líquido, de modo que possibilita o conhecimento do exato Capital Próprio da entidade e a participação no resultado abrangente dos Controladores e Não Controladores.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | 20X1 | 20X0 |
| Lucro Líquido do Período |  |  |
| (+-) Ganhos/Perdas de conversão das Demonstrações Contábeis |  |  |
| (+ -) Ganhos ou Perdas Atuariais (benefícios a empregados) |  |  |
| (+ -) Mudanças nos valores justos de instrumentos de Hedge |  |  |
| (+-) Parcela de outros resultados abrangentes (coligadas, controladas e controladas em conjunto, contabilizadas pelo MEP) |  |  |
| (=) Resultado Abrangente Total |  |  |
| Participação no Resultado Abrangente |  |  |
| Controladores |  |  |
| Não Controladores |  |  |

# Análise das Demonstrações Financeiras- Índices Financeiros

As demonstrações são usadas pelos gestores, para melhorar o desempenho da empresa, pelos fornecedores de fundos, para avaliar a probabilidade de cobrança sobre os empréstimos, e pelos acionistas, para prever lucros, dividendos, fluxo de caixa e preços das ações;

A análise das demonstrações financeiras envolve: comparar o desempenho da empresa com o de outras empresas do mesmo setor e avaliar tendências na posição financeira da empresa ao longo do tempo;

A análise pode realçar as forças e deficiências de uma empresa, e essas informações podem ser usadas para prever resultados e como decisões estratégicas afetarão o desempenho futuro.

O objetivo da análise das demonstrações financeiras é oferecer um diagnóstico sobre a real situação econômica financeira da organização, utilizando relatórios gerados pela contabilidade e outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente a utilização por parte de terceiros.

O produto da análise é apresentado em forma de um relatório que inclui uma análise da estrutura, a composição do patrimônio e um conjunto de índices e indicadores que são cuidadosamente estudados e pelos quais é formada a conclusão do analista.

As informações da análise estão voltadas para dentro e fora da empresa e não se limitam apenas a cálculo de meros indicadores de desempenho.

Para que a análise possa espelhar a realidade de uma empresa, é necessário que o profissional de contabilidade tenha certeza dos números retratados nas Demonstrações Contábeis e quem efetivamente espelham a real situação líquida e patrimonial da entidade.

No levantamento dos Balanços e das demais Demonstrações Contábeis, que no Brasil são intituladas de Demonstrações Financeiras, são necessários vários procedimentos que estão detalhados nas NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade, na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Imposto de Renda e em normas do expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

## 13.1 Análise vertical e horizontal das demonstrações financeiras

A análise vertical e horizontal presta-se fundamentalmente ao estudo de tendências. A análise vertical baseia-se nos valores relativos das contas das demonstrações financeiras. Para isso é calculado o percentual por cada conta em relação a um valor base.

Convém atribuir, no balanço patrimonial, peso 100 ao total do ativo e relacionar todas as contas dessa demonstração com esse total. Na demonstração de resultados convém atribuir peso 100 a receita liquida.

A análise vertical mostra a importância relativa de cada conta dentro da demonstração e, através da comparação com padrões do ramo de atuação ou com as relações da própria empresa em anos anteriores, permiti inferir se há itens fora das proporções usuais.

Mostra, por exemplo, qual a composição dos recursos tomados pela empresa, qual a participação de capital próprio e de terceiros, qual a distribuição destes a curto e longo prazo, qual a proporção dos recursos totais que esta alocada ao ativo circulante, ao ativo permanente, etc. A comparação com seus correspondentes do ramo de atividade da empresa permite verificar a tipicidade dessas alocações.

A análise horizontal relaciona cada conta da demonstração financeira com sua equivalente de exercícios anteriores. Mede a evolução das contas ao longo de dois ou mais exercícios, permitindo uma ideia da tendência futura.

A análise horizontal é afetada pela inflação. É necessário transformar todos os valores em valores presentes de uma mesma data, através da utilização de um índice de atualização do poder aquisitivo da moeda. A aplicação desse método permite determinar a evolução real das contas.

## 13.2 Análise das demonstrações financeiras – índices financeiros

Índice é a relação entre um grupo de contas das demonstrações financeiras que busca informar sobre a situação econômica e financeira da empresa, sendo que os índices é a técnica de análise mais empregada e fornece ampla visão da situação econômica ou financeira da empresa. A análise das demonstrações financeiras pode subdividir-se em análise da situação financeira e análise da situação econômica.

**Principais Índices Financeiros**

**Estrutura de Capitais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Participação de Capital de Terceiros (Endividamento)** | Capital Terceiros x100 Patrimônio Líquido | Quanto à empresa tomou de capitais de terceiros para cada R$100,00 de Capital Próprio | Quanto menor, melhor. |
| **Composição do Endividamento** | Passivo Circulante x100 Capitais Terceiros | Qual o percentual de obrigações a Composição do Endividamento em relação às obrigações totais. | Quanto menor, melhor. |
| **Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)** | Ativo Permanente x100 Patrimônio Líquido | Quanto à empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R$100,00 de Patrimônio Líquido. | Quanto menor, melhor. |
| **Imobilização dos Recursos Não-Correntes** | Ativo Permanente x100 PL+ Exigível a LP | Que percentual dos recursos não-correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo) foi destinado ao Ativo Permanente. | Quanto menor, melhor. |
| **Liquidez** | | | |
| **Liquidez Geral** | AC + Realizável a LP PC + Exigível a LP | Quanto à empresa possui de Ativo Circulante+Realizável a Longo Prazo para cada R$1,00 de dívida total. | Quanto maior, melhor. |
| **Liquidez Corrente** | Ativo Circulante Passivo Circulante | Quanto à empresa possui de Ativo Circulante para cada R$1,00 de Passivo Circulante. | Quanto maior, melhor. |
| **Liquidez Seca** | Ativo Líquido Passivo Circulante | Quanto à empresa possui de Ativo Líquido para cada R$1,00 de Passivo Circulante. | Quanto maior, melhor. |
| **Rentabilidade** | | | |
| **Giro do Ativo** | Vendas Líquidas  Ativo | Quanto à empresa vendeu para cada R$1,00 de investimento total. | Quanto maior, melhor. |
| **Margem Líquida** | Lucro Líquido x100 Vendas Líquidas | Quanto à empresa obtém de lucro para cada R$100,00 vendidos. | Quanto maior, melhor. |
| **Rentabilidade do Ativo** | Lucro Líquido x100 Ativo | Quanto à empresa obtém de lucro para cada R$100,00 de investimento total. | Quanto maior, melhor. |
| **Rentabilidade do PL** | Lucro Líquido x100  PL Médio | Quanto à empresa obtém de lucro para cada R$100,00 de capital próprio investido, em média, no exercício. | Quanto maior, melhor. |

## 13.3 EVA - (Economic Value Added)

É a marca registrada e explorada pela Stern Stewart & Co. Este índice é a medida ideal para estabelecer objetivos, avaliar desempenho, determinar políticas de remuneração de executivos, comunicar-se com os investidores e decidir sobre o orçamento de capital.

O valor econômico agregado (EVA) é a medida que contabiliza de forma apropriada todas as complexas transações envolvidas na criação de valor. É computado tomando-se a diferença entre a taxa de retorno sobre o capital e o custo de capital.

O EVA é a receita residual, ou os lucros operacionais menos o custo pelo uso de capital. Tendo-o como uma medida de desempenho, uma empresa é, com efeito, cobrada pelos seus investidores pelo uso de capital mediante uma linha de crédito que paga juros a uma determina taxa.

É um índice inovador porque considera que o investimento efetuado pelo acionista deve ser remunerado a uma taxa mínima; assim, uma empresa, além do lucro operacional, deve haver lucro suficiente para cobrir, pelo menos, a remuneração mínima esperada pelo acionista.

Uma empresa que não remunere devidamente os seus acionistas é uma empresa que destrói valor, fatalmente lhe faltarão investidores. Assim, o EVA pode refletir tanto a medida de valor da própria empresa como o desempenho dela.